



Revista Brasileira de História
ISSN: 0102-0188
rbh@edu.usp.br
Associação Nacional de História
Brasil

Murilo de Carvalho, José
D. João e as histórias dos Brasis
Revista Brasileira de História, vol. 28, núm. 56, diciembre, 2008, pp. 551-572
Associação Nacional de História
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26305614>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

D. João e as histórias dos Brasis

D. João VI and the writing of Brazilian history

José Murilo de Carvalho*

RESUMO

O artigo, escrito em forma de ensaio, aproveita as celebrações dos 200 anos da chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro para discutir o tema nacional na historiografia brasileira. Argumenta que o Brasil no século XIX era mais aspiração do que realidade e que sua história foi escrita quase que exclusivamente a partir do centro político localizado no Rio de Janeiro. A partir da década de 1930, São Paulo, via USP, teria disputado exitosamente com a capital a escrita de uma narrativa nacional. Hoje, a democratização de nossa produção historiográfica estaria alterando esse quadro e enfrentando novos desafios voltados para as relações entre o regional, o nacional e o internacional. Palavras-chave: D. João VI; Brasil; Historiografia.

ABSTRACT

The article, written as an essay, takes advantage of the celebrations of the bicentennial of the arrival of the Portuguese court in Rio de Janeiro to discuss the national theme in the Brazilian historiography. It argues that during the 19th Century Brazil was an aspiration rather than a reality and that its history was written almost exclusively from the political center in Rio de Janeiro. Since the 1930's, the state of São Paulo, through its University (USP), successfully disputed with the capital the writing of national history. Today, the democratization of our historiographic production is changing this picture and facing new challenges regarding the relationship among the regional, the national and the international.

Keywords: D. João VI; Brazil; Historiography.

Não sou especialista no período joanino. Aceitei o convite do Conselho Editorial da *Revista Brasileira de História* para falar sobre os 200 anos da chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro quando me foi explicado que a idéia era produzir um ensaio que refletisse sobre as celebrações e sobre o tratamento do tema na historiografia e na grande imprensa, com liberdade para ampliar a discussão para grandes questões nacionais que porventura pudes-

* Professor Titular, Depto. de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Largo de São Francisco de Paula, n.1, Centro. 20051-070 Rio de Janeiro — RJ — Brasil. jmurilo@ifcs.ufrj.br

sem estar embutidas nas celebrações e no debate. O que segue é, então, um ensaio despretenso que carrega as vantagens e desvantagens do gênero. Entre as primeiras, está a liberdade de pensar, entre as segundas, um razoável grau de subjetivismo. O cerne do exercício estará na preocupação de historicizar eventos e escritos em torno da vinda da corte, buscando detectar possíveis ingredientes meta-históricos envolvidos.

A CELEBRAÇÃO DOS 200 ANOS

A localização e a natureza das celebrações dos 200 anos já deixam clara sua historicidade. O grosso delas verificou-se na cidade do Rio de Janeiro. A prefeitura local criou comissão especial para planejar e executar as comemorações. O escolhido para presidir a comissão foi o historiador Alberto da Costa e Silva, reconhecido como o maior conhecedor da história da África entre nós. O trabalho da comissão foi, e tem sido, extraordinário. Programaram-se concursos, publicações, restaurações, seminários, eventos, que ocuparam boa parte da agenda cultural da cidade.¹ Além dessa programação oficial, houve ainda mesas-redondas, palestras e debates nas principais instituições acadêmicas e culturais da cidade. Baste mencionar a Academia Brasileira de Letras, em reunião conjunta com a Academia de Ciências de Lisboa, a Academia Brasileira de Ciências, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, o Colégio de Pedro II, a SBPC-Rio, a Fundação Getúlio Vargas e a Anpuh regional. A UFRJ limitou-se a matéria em seu *Jornal*. Do outro lado da baía, na Universidade Federal Fluminense, organizou-se um ambicioso congresso que contou com a participação de historiadores portugueses.²

Depois do Rio de Janeiro, a capital que mais se ocupou da efeméride foi Salvador. O Instituto Histórico e Geográfico da Bahia organizou um seminário que, à semelhança do da UFF, teve a participação de colegas portugueses. Houve palestras e lançamento de livros no Museu de Arte da Bahia, na Associação Comercial e na Faculdade de Medicina, coroando as celebrações uma festa no mar promovida pelo estado. Em outras capitais, a celebração foi mais modesta. Limitou-se a alguns poucos seminários e debates, se tanto. Em Porto Alegre, houve um seminário na Assembléia Legislativa, parte de um projeto mais amplo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul sobre os 200 anos de construção do estado, e o jornal *Zero Hora* publicou várias matérias sobre o tema. Em Belo Horizonte, houve ciclo de conferências na PUC, debates na UFMG e sessão solene no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. O *Estado de Minas* (7 de março), publicou caderno espe-

cial. Em São Paulo, o Instituto Histórico e Geográfico estadual organizou um debate, Lília Schwarcz promoveu uma mesa-redonda na Pinacoteca paulista e a revista *Pesquisa* da Fapesp (janeiro de 2008) inseriu matéria de capa. No Recife, o tradicional *Jornal do Commercio* (22 de janeiro) também organizou um caderno especial. A Universidade Federal de Juiz de Fora promoveu uma conferência sobre o tema.³

O evento mais significativo por sua dimensão nacional e simbólica está programado para este mês de outubro. Trata-se do IV Colóquio dos 23 Institutos Históricos Brasileiros, patrocinado pelo IHGB, cujo tema será o bicentenário. As apresentações darão conta do sentido da vinda da corte em 19 estados. O evento celebrará também o 170º aniversário do IHGB.

Embora esse levantamento não deva estar completo, mesmo porque o ano ainda não terminou, deve-se concluir que, no que se refere às celebrações, os 200 anos foram uma festa predominantemente carioca e, secundariamente, baiana. O resultado era previsível, uma vez que se trata das duas cidades mais diretamente vinculadas à história da vinda da corte.

Bem mais ampla foi a cobertura do tema na mídia de alcance nacional. *Veja* fez uma edição especial de 60 páginas, como se fosse uma reportagem da época. *Aventuras na História* também publicou uma edição especial de 82 páginas. A *SuperInteressante* de abril, e da Abril, dedicou capa ao tema, acompanhada de matéria de 11 páginas, com a colaboração de historiadores. A *Revista Época* de 28 de janeiro também publicou reportagem de 10 páginas. A *Revista de História da Biblioteca Nacional*, dirigida e escrita por historiadores, dedicou a capa do número de janeiro ao evento, com grande êxito de venda. O *Jornal do Brasil* e O *Globo* fizeram ampla cobertura dos eventos realizados no Rio de Janeiro. A maior divulgação, no entanto, deveu-se sem dúvida à série de reportagens da TV Globo e da Globo News.

No que se refere a livros, deve-se mencionar em primeiro lugar as publicações feitas pela Comissão carioca do bicentenário. Até agora, destacam-se a divulgação das cartas inéditas de Carlota Joaquina por Francisca L. Nogueira de Azevedo,⁴ dos livros de Vasco Mariz sobre a música nos tempos joaninos,⁵ de Rosa Nepomuceno sobre a criação do Jardim Botânico,⁶ do relato de Thomas O'Neil sobre a viagem da família real,⁷ com substancial introdução de Lília M. Schwarcz, autora também da história da vinda da biblioteca real para o Rio de Janeiro, publicada em 2002,⁸ do livro de Kenneth Light sobre a mesma viagem, baseado em cuidadosa pesquisa de documentos inéditos do Almirantado britânico, hoje guardados no Public Records Office,⁹ e do livro sobre saúde pública que traz documentos da época e tem introdução de

Moacyr Scliar.¹⁰ Em Salvador, lançou-se luxuosa edição sobre a chegada da corte à cidade.¹¹ No campo da história da arte, ressaltam duas obras excepcionais patrocinadas pela Peugeot Citroën do Brasil dentro do quadro das celebrações dos 200 anos: os monumentais catálogos *raisonnés* de toda a obra brasileira de Jean-Baptiste Debret e Nicolas-Antoine Taunay, publicados em edições luxuosas. O primeiro é de autoria de Júlio Bandeira e Pedro Corrêa do Lago, o segundo de Pedro Corrêa do Lago.¹² A esses dois, deve-se acrescentar o excelente livro de Lília M. Schwarcz sobre Nicolas-Antoine Taunay, mais analítico. Nele, a autora contesta a própria idéia de Missão Francesa.¹³

Fora do programa oficial de publicações, merece registro o livro de Lúcia Bastos sobre os panfletos antinapoleônicos em Portugal¹⁴ e dois relatos jornalísticos. O primeiro é do australiano Patrick Wilcken e foi publicado em data um pouco anterior à do bicentenário, 2004, e traduzida em 2005, certamente tendo em vista a efeméride que se aproximava.¹⁵ O segundo é o livro de Laurentino Gomes, *1808*, que por meses tem freqüentado a lista de mais vendidos.¹⁶ Registrem-se ainda a boa análise do período sob o ponto de vista das relações internacionais, de autoria de Andréa Slemian e João Paulo G. Pimenta, e o romance de Ruy Castro, ao estilo das *Memórias de um Sargento de Milícias*.¹⁷

Como promessas, registrem-se a biografia de D. João que está sendo escrita pela professora Lúcia Bastos Pereira das Neves, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e um estudo de D. João no Rio de Janeiro, a cargo da professora Ismênia Martins, da Universidade Federal Fluminense.¹⁸

O TOM DAS CELEBRAÇÕES E A EXISTÊNCIA DO BRASIL

O tom predominante em todos os eventos e publicações, como era de esperar, tem sido uma avaliação positiva, tanto da figura de D. João como das conseqüências da vinda da corte.¹⁹ No que se refere ao príncipe, tem predominado a posição equilibrada estabelecida pelo historiador e diplomata pernambucano Oliveira Lima em seu livro de 1908, em contraste com a visão quase caricata inaugurada por Oliveira Martins em 1880 e seguida no Brasil por Luiz Edmundo em 1939.²⁰ Um sintoma dessa orientação é a total marginalização, em 2008, do filme de 1995 de Carla Camurati, *Carlota Joaquina, princesa do Brasil*, que seguiu a linha de Oliveira Martins. Ele só foi lembrado como exemplo negativo. A biografia de Jorge Pedreira e Fernando Dores da Costa também está mais próxima da postura de Oliveira Lima, assim como, provavelmente, estará a de Lúcia Bastos Pereira das Neves. Uma das poucas

manifestações críticas que detectei veio do historiador baiano Luís H. Dias Tavares.²¹

Também tem predominado a visão da importância da vinda da corte para o futuro da colônia. Mas aqui é preciso fazer uma distinção. Pessoalmente, nas várias intervenções que fiz na imprensa, em mesas-redondas e em palestras, busquei distinguir entre o impacto da vinda e sua valorização. Minha tese tem sido sempre que sem a vinda da corte não haveria Brasil. Em outras palavras, que a vinda da corte foi condição necessária, embora não suficiente, da existência do Brasil assim como hoje o conhecemos. Esse ponto me parece difícil de negar. Tenho usado como argumento um pequeno experimento mental que me parece convincente. O exercício consiste em supor a muito plausível opção de D. João por permanecer em Portugal em vez de fugir para a colônia. As consequências dessa hipotética decisão não são difíceis de imaginar. Basta verificar o que de fato se deu, logo depois da fuga de D. João, na Espanha e em suas colônias da América: prisão e exílio dos reis e fragmentação da colônia.

Assim que desapareceu a monarquia que por três séculos as governara, as várias subdivisões administrativas e judiciárias da colônia espanhola começaram a buscar nova fonte de legitimidade. Durante pelo menos uma década, várias opções foram alvitadas e tentadas, em meio a revoltas e guerras. O resultado final foi que os quatro vice-reinados e até mesmo as quatro capitanias-gerais se fragmentaram ao ponto de constituírem 16 repúblicas independentes em 1830. Bolívar foi o exemplo quase patético de tentativa de preservar o Vice-Reinado de Nova Granada. Ao final, nem mesmo conseguiu manter unida a capitania-geral da Venezuela, que se dividiu em dois países, a Venezuela e a Colômbia.

Com toda a probabilidade, a colônia portuguesa teria seguido o mesmo caminho. Não havia nela diferença em relação à espanhola que justificasse supor desenlace diferente. Apenas variaria o número de países. A fragmentação se faria de acordo com as tradições históricas e o nível de riqueza das várias partes da colônia. Dificilmente, as 18 capitanias-gerais existentes em 1808 formariam 18 novos países, pois muitas delas não tinham condições de sustentar sua independência. Pode-se, no entanto, imaginar com certa facilidade a formação de um país ao norte, abrangendo o antigo Estado do Maranhão e Grão Pará, com capital em Belém; outro no que hoje se chama Nordeste, sob a liderança de Recife (foi o que eventualmente se formou na Confederação do Equador); mais um na Bahia, com eventual conexão africana; outro no que hoje se conhece por Sudeste, abrangendo as capitanias do Rio de Janeiro, Mi-

nas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Mato Grosso e Goiás e, finalmente, uma república dos pampas ao sul, com ou sem fusão com a Banda Oriental.²²

O número de países que eventualmente se formariam não é relevante. O ponto importante é que a colônia não se manteria e, como consequência, não haveria Brasil. Alguns dos países resultantes da fragmentação, o do Sudeste, por exemplo, poderiam adotar o nome de Brasil, até mesmo o de República dos Estados Unidos do Brasil, mas não seria o Brasil de hoje. Tendo-se ainda em vista as enormes dificuldades encontradas na preservação da unidade da antiga colônia, mesmo com a vinda da corte e a manutenção da monarquia, acho difícil contestar esse ponto. Daqui para frente, quando for usada a palavra Brasil, ela indicará exatamente o país que foi em contraste com o que poderia não ter sido.

O ponto legítimo de discórdia reside na questão valorativa: a manutenção da unidade foi positiva? O Brasil valeu a pena? Ou teria sido melhor, por critérios que podem ser de natureza econômica, política ou cultural, que houvesse uma fragmentação semelhante à da América Espanhola? O problema se desdobra quando se inclui na discussão a maneira como foi feita a independência, uma decorrência lógica, mas não necessária, da vinda da corte. O Brasil poderia existir ou não; em existindo, poderia ser república ou monarquia constitucional; em sendo monarquia constitucional, poderia ser federal ou centralizada. A valorização de qualquer uma dessas alternativas pode afetar a maneira de se traçar a narrativa nacional. É em torno dessas possíveis implicações da vinda da corte para a existência e para a escrita do Brasil que gostaria de centrar o debate, posto que de maneira ainda bastante impressionista. Será um modo de superar a dimensão de celebração que tem dominado a efeméride.

O PROTESTO DE FREI CANECA

O conflito entre visões do Brasil ficou claro na posição assumida por Evaldo Cabral de Mello sobre as celebrações e amplamente reproduzida na imprensa. A formulação mais completa consta de entrevista dada a Mário Hélio e publicada no *Jornal do Commercio* de Pernambuco em 22 de janeiro de 2008. O título da matéria, que ocupa toda a última página do caderno, já indica do que se trata: “A festa da espoliação”. A posição do respeitado diplomata e historiador pernambucano é exatamente oposta à do outro historiador e diplomata pernambucano, Manoel de Oliveira Lima. Este não só valorizava

D. João como também a unidade da ex-colônia, isto é, o Brasil. Evaldo Cabral de Mello não se detém muito em D. João mas é claro sobre o Brasil.

A celebração dos 200 anos, disse ele, só interessa ao narcisismo coletivo carioca. Pernambuco e outras partes do país, à exceção de Minas Gerais por causa dos ganhos para sua lavoura obtidos com a vinda da corte, não têm razão alguma para celebrar. A vinda da corte para essas províncias só significou espoliação fiscal. Mais ainda, ela permitiu a formação no Rio de Janeiro de uma burocracia de portugueses e brasileiros que fizeram a independência para preservar seus privilégios e defender-se do impacto causado pela revolta liberal do Porto.²³

A relação direta entre a visão positiva da vinda da corte e a valorização da existência do Brasil é colocada por Evaldo Cabral de Mello sem ambigüidade. Cito: “Quando alguém fica entusiasmado com a vinda de D. João, está sempre achando que a unidade territorial do Brasil é um valor supremo. E que por isso deve subordinar outros valores, como liberdades públicas, desenvolvimento econômico. Talvez fosse melhor que o Brasil fosse menor e tivesse acabado a escravidão mais cedo e realizado reformas que até hoje adia”. A posição que daria preferência a valores de autogoverno e liberdade em detrimento da unidade, estaria presente, segundo Evaldo Cabral de Mello, em Frei Caneca e nos outros rebeldes pernambucanos de 1817-1824.²⁴ A influência de frade carmelita é, aliás, óbvia nas posições de Evaldo, tanto no que se refere à ojeriza de Caneca aos políticos do Rio de Janeiro e do Sul em geral (a quem se refere como os “aferventados fluminenses”, “aqueles sujeitos do sítio do Ipiranga”, a “alcatéia unitária”, a “matilha absolutista”), como à possibilidade de fragmentação da ex-colônia. Frei Caneca fala na possibilidade de criação de cinco estados independentes do núcleo das três províncias que sustentaram D. Pedro no processo inicial da Independência.²⁵

A valorização da unidade, ou do Brasil, no sentido que aqui dou à palavra, seria, ainda segundo Evaldo Cabral de Mello, uma característica da historiografia da fundação do Império escrita a partir do ponto de vista do Rio de Janeiro, ou do Centro-Sul. A uma pergunta do repórter sobre as razões da divergência entre suas posições e as minhas, respondeu: “José Murilo, como todo historiador do Centro-Sul, é herdeiro da tradição saquarema da historiografia brasileira, para a qual tudo o que acontece no Brasil é através do Rio, graças ao Rio e pelo Rio”. E prosseguiu lamentando que tivessem contribuído fortemente para essa corrente historiográfica dois pernambucanos, Oliveira Lima e Tobias Monteiro. Ele não precisava preocupar-se com o último que era rio-grandense-do-norte.

Não vou discutir aqui a posição, também expressa na entrevista, de que a vinda de D. João não contribuiu para a manutenção da unidade da ex-colônia, pelas razões já expostas acima. Faço apenas um reparo à qualificação, ou desqualificação, de saquarema atribuída a toda a historiografia produzida no Centro-Sul. Considero tal afirmativa mais como uma *boutade*, entre as muitas criadas por Evaldo, pois ela envolve obviamente um grosso exagero, além de ser maldosa. Há grande diferença entre ser saquarema e ser partidário da unidade do país. Os liberais do Império, do início ao fim, de Evaristo da Veiga a Tavares Bastos e a Joaquim Nabuco, valorizavam a unidade do país, mas se sentiram insultados se fossem tachados de saquaremas. Saquarema significava muito mais do que valorizar a unidade. Significava a defesa de uma monarquia centralizada politicamente, com pleno exercício do Poder Moderador, e da manutenção da ordem social escravista. Os liberais eram brasileiros sem serem saquaremas. O uso da palavra como sinônimo de visão do Brasil a partir do Centro-Sul constitui um deslizamento semântico, temperado com boa dose de malícia. No que me diz respeito, em todos os numerosos debates e entrevistas de que participei a propósito dos 200 anos da vinda da corte, fiz sempre questão de enfatizar que, ao afirmar a importância, para mim inegável, do evento para a manutenção da unidade da ex-colônia, não emitia, como não emito agora, nenhum juízo de valor em relação a essa unidade.

Mas Evaldo Cabral de Mello é um de nossos mais competentes e respeitados historiadores. Ao levantar a polêmica, ele toca num ponto nevrálgico de nossa historiografia, que o é também de nossa construção nacional. Ele presta um grande serviço aos historiadores quando chama a atenção para alguns possíveis pressupostos valorativos que poderiam estar por trás de nossas histórias do Brasil. Mesmo que às vezes pareçam provocação, suas idéias constituem um desafio que merece ser enfrentado. O mínimo que se pode esperar de historiadores é que historicizem seus próprios trabalhos. O exemplo já nos foi dado pelo fundador da historiografia moderna, Giambattista Vico, quando aplicou seu método à escrita da própria autobiografia, redigida, sintomaticamente, na terceira pessoa.²⁶

Houve outra reação que à primeira vista poderia assemelhar-se à do historiador pernambucano. Não por acaso veio de alguém ligado a outra província que se separou do Brasil no século XIX. Em entrevista à *Revista de História da Biblioteca Nacional*, a historiadora gaúcha Helga Piccolo afirmou: “É claro que nos irrita essa história do Brasil escrita em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas, ou seja, no Sudeste rico. O Nordeste também não aceita isso”.²⁷ Mas a postura de Helga Piccolo é, na verdade, muito distinta da de Evaldo Cabral de

Mello, na medida em que não endossa o regionalismo gaúcho que, segundo ela, acredita que o estado se basta a si mesmo. Sua preocupação, expressa em trabalho apresentado no seminário acima mencionado, é antes insistir no pertencimento do Rio Grande do Sul ao Brasil. Se Evaldo protesta para fora, Helga Picollo protesta para dentro.²⁸

O protesto de Evaldo permite que utilizemos o debate em torno dos 200 anos para fazer um pequeno exercício de análise das condições de produção de nosso trabalho, no caso, um exame da escrita de narrativas históricas nacionais.

ESCREVENDO O BRASIL A PARTIR DO RIO DE JANEIRO

Começo com uma observação geral. Sem Brasil, não pode haver história do Brasil. À primeira vista, esta é uma afirmação indiscutível. No entanto, já é aceito hoje que nações podem ser imaginadas, mais ainda, que sua própria existência pode consistir em sua imaginação.²⁹ No Brasil, estamos cansados de observar o fenômeno de escrever a história nacional da frente para trás. Digo isso não no sentido óbvio de que o historiador trata do passado, mas para indicar que o passado é muitas vezes, se não sempre, organizado a partir de pressupostos valorativos do presente, mesmo que o processo nem sempre seja consciente. Seria o caso de inverter o velho axioma e afirmar: “Vita magistra historiae”.

O exemplo mais óbvio é a própria expressão “descoberta do Brasil”. Que Brasil existia em 1500? Outros exemplos são as descrições de revoltas coloniais como tentativas de independência do Brasil. Quando foi que a Inconfidência buscou esse propósito? Os conspiradores falavam em Minas e na América. Até a chegada da corte, o que havia por aqui, na avaliação de Capistrano de Abreu, exposta na conclusão de seus *Capítulos de história colonial*, publicados em 1907, eram cinco grupos etnográficos unidos, ativamente, apenas pela língua e, passivamente, pela religião, que tinham aversão ao português e não se prezavam uns aos outros.³⁰

Em 1822, não se tinha mesmo chegado a um acordo sobre qual seria o gentílico adequado para designar os habitantes da colônia. Falava-se em brasileiro, brasiliano, brasiliense e brasílico, sendo que o primeiro adjetivo ainda conservava conotação negativa, como o prova a queixa de D. Pedro contra as Cortes por o tratarem com desprezo chamando-o de brasileiro e rapazinho. Até o final do século XIX, ainda se disputava sobre como escrever o próprio nome do país: Brazil ou Brasil?³¹ Os exemplos poderiam multiplicar-se sem

dificuldade. Talvez se possa dizer que só a partir da Guerra do Paraguai se tenha tornado possível falar de Brasil, se por isso se entender um Estado e uma nação.

Nessas circunstâncias, a narrativa do Brasil só poderia mesmo ser feita a partir do centro político do país, da capital do Império, do Rio de Janeiro. Era só desse ponto de observação e de ação que se podia ver o todo, tão fragmentado e isolado pela ausência de comunicação, de convivência, de conhecimento recíproco, de sentimento comum e mesmo de valores políticos compartilhados. Pode-se contra-argumentar que no período colonial várias crônicas e mesmo histórias, como a de frei Vicente do Salvador, foram escritas utilizando o nome de Brasil para se referir ao todo colonial, ao lado de outros como Província de Santa Cruz e América Portuguesa. Acontece que os autores ou eram portugueses, ou estrangeiros, ou nativos da colônia que tinham vivido na metrópole, visto a colônia de fora, e por isso adquirido uma visão de conjunto, favorável ou não ao colonizador.³² O mesmo se deu com a primeira história do Brasil escrita depois da Independência de autoria de um inglês, Robert Southey, publicada em Londres em 1836.

Sem dúvida, a perspectiva a partir do Rio de Janeiro, que Evaldo Cabral de Mello chamou de saquarema, interessava à burocracia central e aos negócios baseados na capital. Mas era também a perspectiva de todos os que valorizavam a unidade da ex-colônia. Se tal unidade não existia na realidade, ela estava sem dúvida na cabeça de quase toda a elite treinada em Coimbra, e não apenas na de José Bonifácio. Mais ainda, em 1821, para a decisão do Fico, D. Pedro teve o apoio decisivo das câmaras municipais do Rio de Janeiro, de Minas e de São Paulo. Foi confiando nesse apoio que ele reverteu a decisão de partir. O Rio de Janeiro tornou-se, então, muito mais do que uma capital política e econômica, sendo que essa última qualificação foi adquirida a partir da ascensão do café fluminense a primeiro produto de exportação, verificada durante a Regência. A cidade, transformada em 1834 em Município Neutro, tornou-se o ponto de onde se concebia e se propagava a idéia de Brasil.³³ Poderia ter sido Salvador, se D. João lá tivesse permanecido, ou mesmo Recife, na improvável hipótese de ter ido para lá a corte. Note-se que a Argentina só conseguiu transformar Buenos Aires em capital nacional em 1880, datando daí a consolidação de seu Estado-nacional.

Só numa capital nacional poderia também ter surgido uma instituição como o IHGB, explicitamente destinada a escrever a história do Brasil, isto é, a valorizar a unidade do país. O ponto não é novo, mas nunca é demais insistir na importância dessa instituição, criada em 1838, e de sua revista, para a

escrita da história nacional, pelo menos até a década de 1930.³⁴ No discurso de fundação do Instituto, o secretário perpétuo, cônego Januário da Cunha Barbosa, já dizia que sua tarefa era coordenar um esforço nacional no sentido de se escrever uma “história geral e filosófica do Brasil”. Em 1845, a revista do Instituto publicou a receita mais completa da escrita dessa história. Trata-se do conhecido ensaio de von Martius, premiado no concurso aberto pelo IHGB sobre a melhor forma de se escrever a história do Brasil. Von Martius salientou, e foi mérito seu, a importância de se levar em conta a diversidade racial e regional do país. Mas não deixou dúvidas quanto ao sentido geral de uma história do Brasil. Em suas palavras, “Deve o historiador patriótico aproveitar toda e qualquer ocasião a fim de mostrar que todas as províncias do Império por lei orgânica se pertencem mutuamente”, e deve ser ele, além de monárquico-constitucional, “unitário no mais puro sentido da palavra”.³⁵ José Honório afirmou ter sido o IHGB o berço da pesquisa histórica no Brasil. Deve-se acrescentar, da pesquisa histórica do Brasil. A influência do IHGB disseminou-se graças à criação de institutos assemelhados nas províncias. Não por acaso, como foi visto, boa parte das celebrações do bicentenário fora do Rio de Janeiro se deveu a iniciativas dos institutos estaduais.

É fácil demonstrar por que e a história do Brasil foi escrita no século XIX a partir do Rio de Janeiro. A capital nacionalizava a visão dos historiadores, não importando de onde viessem. Ela atraía a si não só a elite política, mas também todos que ambicionassem uma carreira nas letras e nas artes. As escolas de direito de Olinda/Recife e de São Paulo eram, sem dúvida, centros importantes de produção de cabeças pensantes. Mas estavam longe de produzir intelectualidades locais. Uma das razões era que seus programas de ensino eram nacionais, aprovados pelo governo central, que também nomeava e pagava os professores, muitos dos quais se metiam na política nacional. Outro motivo era que as escolas recebiam alunos de várias províncias, o que lhes retirava a característica provincial. Acresce ainda que a cidade de São Paulo não tinha na época densidade cultural e o peso econômico e político para sustentar um grupo de intelectuais e lhes proporcionar visibilidade nacional. Recife tinha tradição mais consolidada, mas, no máximo, podia exercer uma liderança regional nortista. O que foi dito para as escolas de direito pode, com mais razão, ser repetido para a Faculdade de Medicina da Bahia e a Escola de Minas de Ouro Preto.

Assim é que praticamente todos os que escreveram histórias nacionais o fizeram na capital, dentro ou fora do IHGB, e valorizaram a unidade nacional. Limito-me aqui a mencionar os que não eram nascidos na Corte ou na pro-

víncia do Rio de Janeiro. O primeiro compêndio de história do Brasil constitui o exemplo mais dramático do que acaba de ser dito. Trata-se da obra de José Inácio de Abreu e Lima, o filho do Padre Roma, general de Bolívar.³⁶ Abreu e Lima viu o pai ser preso e fuzilado em Salvador em 1817, exilou-se, foi parar na Venezuela, lutou ao lado de Bolívar e, depois do fracasso do Libertador, regressou ao Rio de Janeiro em 1832 e aí viveu por 12 anos. Tornou-se caramuru, restauracionista, defensor da monarquia como instrumento para manter o Brasil unido, e dedicou seu livro a Pedro II.³⁷ O compêndio foi adotado como leitura obrigatória no Colégio de Pedro II.

A seguir, temos Francisco Adolfo Varnhagen, tributário de von Martius, autor da mais importante história do Brasil no século XIX. Era paulista de Sorocaba, diplomata e cortesão. O maranhense Cândido Mendes de Almeida foi o melhor historiador do direito eclesiástico e civil. O sergipano Sílvio Romero escreveu uma das mais influentes histórias de nossa literatura, e adotou a brasilidade como um dos critérios para avaliar os escritores nacionais. Cronistas e historiadores do Império foram o alagoano Alexandre José de Melo Moraes e o potiguar Tobias Monteiro. O pernambucano Oliveira Lima foi o autor do livro até hoje mais influente sobre o período joanino. Um de nossos maiores historiadores foi o cearense Capistrano de Abreu. Excepcionalmente, a idéia de escrever uma história do Brasil ocorrera a Capistrano ainda em Maranguape, Ceará, sob o impacto de leituras de Buckle, Taine e Agassiz. Mas só a vinda para o Rio e a conquista da cadeira de história do Brasil do Colégio de Pedro II em 1883, com tese sobre a independência, lhe permitiu dedicar-se à história nacional, embora nunca se tenha aventurado a escrever uma história geral do Brasil. Já na virada do século, o sergipano João Ribeiro, outro seguidor de von Martius, publicou seus compêndios de história do Brasil.

Uma aparente exceção à regra é José Veríssimo, que podemos incluir na lista como historiador da educação. Natural do Pará, republicano e federalista, chegou ao Rio de Janeiro em 1891, logo após a proclamação da República, já trazendo na bagagem o livro *A educação nacional*, publicado em Belém no ano anterior.³⁸ A preocupação central do livro é denunciar a ausência de conteúdo nacional na educação brasileira e fazer apelo apaixonado no sentido de que o problema fosse corrigido. O livro fora escrito, segundo suas próprias palavras, “do fundo de sua obscuridade provinciana”. No entanto, era marcado pela “velha preocupação de nacionalismo”. Denunciava o bairrismo localista que bloqueava o brasileiro. E especificava: “Há baianos, há paraenses, há paulistas, há rio-grandenses. Raro existe o brasileiro. É frase comum: *Primeiro sou paraense* (por exemplo) *depois sou brasileiro*. Outros dizem: *a Bahia*

é dos baianos, o Brasil é dos brasileiros".³⁹ No Pará, havia, segundo ele, até mesmo hostilidade contra brasileiros de outras províncias, chamados de barlaventistas.

Mas talvez José Veríssimo não seja de fato uma exceção. Ele residira sete anos no Rio de Janeiro, onde cursara o ensino médio, em parte no Pedro II, e iniciara o curso de engenharia na Politécnica. Era, além disso, também filho de militar, categoria profissional marcada pela visão nacional. E visitara a Europa, fato que seguramente ajudou a desmontar seu provincianismo.

Haveria muitos outros exemplos, fora do campo da história, de intelectuais que adotaram a mesma postura. Baste mencionar um ícone do liberalismo brasileiro, inimigo jurado dos saquaremas, e fanático do federalismo norte-americano, o alagoano Aureliano Cândido Tavares Bastos. Embora considerasse maldita a herança que nos coubera de Portugal, e fosse o primeiro grande defensor dos interesses provinciais, segundo ele estrangulados pelo centralismo saquarema, manteve postura brasileira e nem mesmo se deixou atrair pela proposta republicana.⁴⁰

Todos esses autores oriundos das províncias escreveram histórias nacionais graças à sua localização no centro político do país. Não me ocorre a existência de uma história do Brasil feita no século XIX fora da capital. Um dos poucos intelectuais de circulação nacional que permaneceu na província foi o sergipano Tobias Barreto. Mas quando acusado de antipatriótico por causa de suas azedas críticas ao país, considerou-se insultado e se declarou "um brasileiro da gema, ignorante como todos".⁴¹

A proclamação da República não alterou esse panorama. Historiadores republicanos tendiam a ser mais críticos do Império, mas não da unidade do país e até mesmo do papel da monarquia nessa unidade.⁴² Como consequência, reconheciam a importância da vinda da corte. Baste citar João Ribeiro e Euclides da Cunha. O primeiro não tinha simpatia alguma pela figura de D. João, a quem considerava desmazelado, fútil, poltrão. Mas escreveu em seu compêndio: "... a história imparcial poderia assinalar como verdadeira data da emancipação colonial aquela em que D. João VI [*sic*] pisou o solo brasileiro, 22 de janeiro de 1808". E logo a seguir: "Pelo refúgio de Dom João VI, na América, ainda evitamos o duplo desastre da fragmentação do território e constituição de pequenas repúblicas de governo instável".⁴³ Euclides da Cunha tinha menos despreço pela figura do rei, apesar de lhe atribuir os defeitos da mediocridade, da inércia, do ridículo. Mas, via na própria mediocridade um elemento positivo para o cumprimento de sua tarefa. Segundo ele, D. João "um medíocre, fora um predestinado", ao publicar o manifesto de 1808 que

falava na criação de um novo império. No que se refere a 1822, admite que a intervenção monárquica de D. Pedro foi “decisiva, oportuna e benéfica”.⁴⁴

Luiz Edmundo foi sem dúvida quem, entre nós, mais desmoralizou a figura de D. João, seguindo os passos de Oliveira Martins. O rei era sujo, mal vestido, comilão, sem modos, prevaricador, medroso, frouxo, chorão. O autor deliciava-se em descrever a maneira pela qual o rei devorava um frango espetando-o por uma ponta com o indicador da mão esquerda e pela outra com o polegar da mão direita. Tal postura deve-se talvez mais ao desejo de desmoralizar a monarquia e os Braganças em geral do que de negar as conseqüências da vinda da corte para a história do Brasil. Ao final do capítulo em que fala de D. João, reconheceu seu grande mérito, mesmo que não proposital: durante seu governo pôde-se criar aqui o ambiente que tornou lógico e fácil o surto de nossa independência.⁴⁵ Escrevia história nacional, admitindo, mesmo a contragosto, o papel da vinda da corte.

O Rio de Janeiro foi assim, durante o Império e Primeira República o ponto de onde se escreveu a história do Brasil. Criava-se um círculo: escrevia-se do Rio de Janeiro por ser a capital e essa mesma escrita reforçava a posição central da cidade. A tarefa foi facilitada pelo crescimento da cafeicultura no vale do Paraíba fluminense. Ao final da década de 1830, os impostos sobre o comércio exterior representavam 70% da receita do governo e a alfândega do Rio de Janeiro sozinha contribuía com 55% desses impostos. Unificavam-se desse modo os centros político e econômico do país. Tal predomínio desencorajava tentativas de separatismo na medida em que tornava muitas províncias dependentes de socorros do governo geral e centrava as disputas em torno de questões fiscais.

Além de ser escrita a partir do centro político, e de ser política em sua orientação, essa historiografia também se concentrava no tema da política. Isso é facilmente compreensível. A necessidade de construir um novo Estado-nação em meio a grandes obstáculos, à vista do espetáculo de republicanização e fragmentação da colônia espanhola, conferiu à política grande preeminência até a década de 1870. Interessava a essa história sobretudo o que se referisse à tarefa de construir o Estado. A história provincial aparecia na medida em que tivesse relação com essa tarefa. Daí a atenção às revoltas provinciais, especialmente às que ameaçassem a unidade política, como foi o caso da Confederação do Equador, da Sabinada, da Farroupilha e da Cabanagem. O resto era história puramente local, escrita nas províncias.

Outro tema que poderia afetar a unidade do país era a ordem escravista. Mas, seguindo a tática de se tocar o menos possível no assunto, só na década

de 1860 é que surge a primeira obra que se poderia considerar uma história da escravidão. Trata-se, como é sabido, da monumental *A escravidão no Brasil* escrita pelo advogado mineiro residente no Rio de Janeiro, Perdigão Malheiro.⁴⁶ O problema da escravidão seria enfrentado antes pela ação política e pelos panfletos, como *O abolicionismo*, de Joaquim Nabuco, publicado em 1883, do que pela historiografia. É possível que a própria maneira como fora feita a independência e construída a unidade do país tivesse reduzido, a partir de 1850, a percepção de perigo por parte da escravidão.

A República, pelo federalismo, alterou a natureza da relação entre as histórias política nacional e estadual. Nenhuma das duas podia mais ser escrita sem referência à outra, na medida em que o poder federal era agora organizado a partir dos estados. Ironicamente, o federalismo criava mais laços políticos entre as unidades do que o centralismo. No entanto, essa nova situação só foi teoricamente equacionada muito tempo mais tarde por um mineiro que morava no Rio de Janeiro, Vítor Nunes Leal, que desenvolveu o conceito de coronelismo como sistema. A integração econômica do país ainda levaria mais tempo.

SÃO PAULO ENTRA EM CENA

O federalismo favoreceu a multiplicação dos centros de formação superior, sobretudo das faculdades de direito, e mesmo de algumas universidades estaduais livres do controle da burocracia centralizada. O efeito dessa descentralização, porém, fez-se sentir, sobretudo, no incremento das histórias regionais e não na escrita de histórias nacionais a partir dos estados. O Rio de Janeiro e, nele, o IHGB, mantiveram a hegemonia na produção da história nacional nas obras de Alberto Torres e Oliveira Viana.

Houve mudança radical a partir de 1930. A Revolução em si já provocou uma forte retomada da ênfase no nacional, reduzida desde a proclamação da República. A década revelou-se uma das mais férteis, talvez a mais fértil de nossa história, na produção de interpretações do país, agora com a novidade de virem elas de fora do centro político, como as de Sérgio Buarque de Holanda (que, no entanto passou boa temporada no Rio de Janeiro), Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior.

Fator crucial da mudança foram as inovações institucionais. Duas delas merecem destaque, uma de grande êxito, a outra derrotada. Em 1934, criou-se a Universidade de São Paulo, em 1935, a Universidade do Distrito Federal. Esta última, de caráter inovador e promissor, sucumbiu logo à política de re-

pressão desencadeada na capital após a revolta comunista. Foi extinta e seus cursos, inclusive o de História e Geografia, transferidos para a Universidade do Brasil, criada em 1937. A USP, protegida pela autonomia estadual, prosperou. São Paulo sofrera duas derrotas políticas em 1930 e 1932. Uma das reações ao fracasso foi investir na educação superior e disputar com o Rio de Janeiro a hegemonia intelectual, o que, aliás, já começara a fazer em 1922. A essa altura, o estado já assumira a condição de centro econômico do país, produzindo-se, pela primeira vez na história, uma discrepância entre os centros econômico e político.

A história é conhecida.⁴⁷ Interessa aqui apenas anotar que a criação da USP e seu rápido desenvolvimento tiveram como consequência que a história do Brasil passou, pela primeira vez, a ser escrita também fora do Rio de Janeiro. O Departamento de História da USP teve inicialmente orientação cosmopolita, graças à influência dos professores franceses convidados para se encarregarem de seus primeiros cursos. Mas já na segunda geração voltou-se predominantemente para temas brasileiros, cobrindo história colonial, imperial e republicana.⁴⁸ Tendo inaugurado seu doutorado nos termos da moderna pós-graduação em 1971, uns 15 anos antes que o fizessem outras universidades, a USP não só criou em São Paulo uma rica produção de história do Brasil, como também exerceu nesse período, dentro do Brasil, o monopólio de formação de doutores. Com isso, estendeu sua influência para muito além das fronteiras estaduais.

Além de ser escrita no centro econômico e fora do centro político do Brasil, e talvez por causa disso, a produção historiográfica uspiana, como é sabido, foi marcada por forte influência do marxismo, a partir da primeira geração que sucedeu à dos fundadores. Segundo depoimento de um de seus mais qualificados representantes, essa influência deveu-se, sobretudo, ao contato com filósofos e sociólogos reunidos no Seminário Marx, que funcionou de 1958 a 1964, e à influência pessoal de Caio Prado Jr.⁴⁹ A partir da USP, a marca do marxismo impregnou boa parte da historiografia brasileira nos anos 70.

Não há espaço aqui para uma análise aprofundada da produção uspiana no que diz respeito à visão de Brasil em comparação com o que se fazia a partir do Rio de Janeiro. Limito-me a alguns pontos. Sintomaticamente, a USP dedicou-se à história do Brasil e não à história regional, como o fizeram depois muitos programas de pós-graduação fora do Rio de Janeiro. O fato é algo surpreendente, tendo em vista que a universidade foi fundada dois anos depois da revolta de 1932, em que o patriotismo paulista atingiu seu ponto culminante. Quero crer que o fato se deva à intenção de disputar com a capital

política a hegemonia da escrita do país. Se Evaldo protesta para fora, se Helga Picollo protesta para dentro, a USP queria ser o dentro. Talvez estejam aí posturas distintas dos três principais pontos de tensão relativos à unidade nacional. Não por acaso, coube a dois historiadores paulistas ligados à USP, Sérgio Buarque de Holanda e Boris Fausto, a coordenação da *História Geral da Civilização Brasileira*, que foi publicada por uma editora paulista.

Apesar do viés nacional, arrisco-me a dizer que há na historiografia uspiana preferência por alguns períodos da história nacional, não por acaso aqueles em que o estado teve papel mais relevante: a colônia (os bandeirantes) a Independência (José Bonifácio) e a República. Menos atenção merecem a Regência e o Império. No segundo caso, a postura é sempre mais crítica do que a da historiografia “central”, o que em parte pode-se dever à força do movimento republicano em São Paulo e do papel da província na proclamação da República.

O viés marxista da historiografia uspiana marcou um claro afastamento em relação ao que se fazia antes. Houve um grande afastamento da história política em favor da história econômica, do historicismo em favor do estruturalismo.⁵⁰ A dinâmica do capitalismo e o conflito de classes passaram a dominar as abordagens dessa historiografia, a constituírem explicadores universais.⁵¹

Nos outros estados, o que se fez até pouco tempo atrás foi, sobretudo, história regional. A dimensão nacional da obra de Gilberto Freyre (que sem dúvida se deveu a sua saída do país para estudar nos Estados Unidos) não teve continuidade entre seus seguidores em Pernambuco. De Minas, veio o trabalho isolado de Francisco Iglésias, que tinha freqüentes contatos em São Paulo e no Rio de Janeiro.⁵² A única obra histórica importante de interpretação nacional foi a do gaúcho Raymundo Faoro, que, no entanto, escreveu *Os donos do Poder* depois de já estar residindo no Rio de Janeiro há sete anos. Na capital, e vinculados ao IHGB, também escreveram suas obras de história o baiano Pedro Calmon, o mineiro Hélio Vianna, e o carioca José Honório Rodrigues.

A HISTÓRIA, O NACIONAL E O PÓS-NACIONAL

A acusação de Evaldo Cabral de Mello de que a historiografia do Centro-Sul é toda saquarema deve, assim, ser qualificada. Quase toda a historiografia do século XIX escrita na capital, era brasileira sem ser saquarema.

A história nacional foi, de fato, quase toda escrita até 1930 a partir do centro político localizado no Rio de Janeiro. O fenômeno não é típico do Brasil. Em todos os países dominados por uma cidade que é centro político e

cultural se deu o mesmo fenômeno. Na América espanhola, mesmo fragmentada, isso foi a regra. Foi também o caso da França.

O monopólio do Rio de Janeiro foi quebrado a partir da década de 1930 pela entrada de São Paulo na competição pela escrita da história nacional, sustentado no dinamismo de sua economia. São Paulo competiu com o Rio de Janeiro no que era quase monopólio da capital. A historiografia paulista, sem negar o nacional, dedicou-se a escrevê-lo em seus próprios termos.

Nos últimos 15 anos, houve enorme difusão de cursos de pós-graduação em História. Hoje, há mais de 20 deles, espalhados por mais de dez estados, inclusive na ex-capital. Essa diversificação reduziu, e reduz cada vez mais, a influência da USP, inclusive dentro do próprio estado de São Paulo, com a criação da Unicamp, da Unesp e da UFSCar.⁵³ Além disso, por impacto vindo de fora do país, quebrou-se também a hegemonia marxista. Multiplicaram-se as temáticas e abordagens dos historiadores. Voltou à cena a história política, os seres humanos retornaram ao centro da história e deixaram de ser fantoches de forças macro-sociais que escapavam a seu controle. E emergiu uma verdadeira mania de história cultural. Em que isso está afetando, ou pode afetar, a escrita da história do Brasil?

Não creio que mudanças importantes derivem da simples acumulação de histórias regionais. Seria necessário contestar a própria distinção entre regional e nacional, o que só poderá ser feito na maneira de definir os objetos de pesquisa. Trata-se de escolha política seguida da abordagem apropriada. A descrição densa de Clifford Geertz, apropriada pelos italianos com o nome de micro-história, é um exemplo de como se podem quebrar as divisões entre nacional, regional e local. Além disso, o Brasil está hoje tão integrado que já será difícil estudar a parte sem referência ao todo e vice-versa.⁵⁴

Mas, talvez a pergunta mais importante a fazer seja se distinções entre nacional, regional e local ainda mantêm relevância teórica e prática. Diante das transformações por que passa o mundo, entre elas a perda de importância dos Estados nacionais, faria ainda sentido escrever história nacional? O Estado nacional pautou a escrita moderna da história. Talvez esteja chegando a hora de a história se libertar dessa prisão. Seus temas são cada vez mais problemas humanos que escapam a fronteiras locais ou nacionais. A não ser que achemos que o Brasil ainda seja um império no sentido de um Estado que incluía várias nações desejosas de se libertarem após dois séculos de opressão. Creio que batalhas mais importantes nos aguardam.

Uma delas talvez ainda tenha, afinal, a ver com o Estado-nação Brasil. Seria a de, afinal, proclamar nossa independência em relação à historiografia

que se produz no exterior, acabar com o que ainda resta entre nós de mente colonizada, esperando pelo *dernier cri* que venha da França, Inglaterra, Itália ou Alemanha. Nossa historiografia terá amadurecido quando dialogar com essas outras em pé de igualdade. E quanto menos nacionalista ela for, mais forte ela será.

Isso não virá de fora como veio a corte portuguesa em 1808. Terá que sair de nosso meio, da agência dos brasileiros.

NOTAS

¹ Ver entrevista de Alberto Costa e Silva ao *Jornal de Letras* de Lisboa, 27 fev. 2008, p.12-13.

² CONGRESSO INTERNACIONAL 1808: A CORTE NO BRASIL, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFF, com o apoio da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da USP, entre os dias 10 e 14 de março de 2008.

³ Pelas informações, agradeço às colegas Helga Piccolo, Maria Efigênia Lage de Resende, Consuelo Pondé de Sena, Lúcia Bastos Pereira das Neves, Sandra Pesavento e ao colega Luís Henrique Dias Tavares.

⁴ AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. (Estudo e organização). *Carlota Joaquina, Cartas inéditas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007; e da mesma autora *Carlota Joaquina na corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁵ MARIZ, Vasco. *A música no Rio de Janeiro no tempo de D. João VI*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

⁶ NEPOMUCENO, Rosa. *O Jardim de D. João*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

⁷ O'NEIL, Thomas. *A vinda da família real portuguesa para o Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio Ed., 2007.

⁸ SCHWARCZ, Lília Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁹ LIGHT, Kenneth. *A viagem marítima da família real*. A transferência da corte para o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

¹⁰ *A Saúde pública no Rio de Dom João*. Textos de Manoel Vieira da Silva e Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto. Introdução de Moacyr Scliar. Rio de Janeiro: Ed. Senac Rio, 2008.

¹¹ ATHAYDE, Sílvia Menezes de. (Org.). *A Bahia na época de D. João VI: a chegada da corte portuguesa, 1808*. Salvador: Solialuna, 2008.

¹² BANDEIRA, Júlio; LAGO, Pedro Corrêa do. *Debret e o Brasil: obra completa*. Rio de Janeiro: Capivara, 2007, com prefácio de José Murilo de Carvalho; LAGO, Pedro Corrêa do. *Taunay e o Brasil: obra completa, 1816-1821*. Rio de Janeiro: Capivara, 2008.

¹³ SCHWARCZ, Lília Moritz. *O sol do Brasil*: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

¹⁴ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Napoleão Bonaparte*: imaginário e política em Portugal c.1808-1810. São Paulo: Alameda, 2008.

¹⁵ WILCKEN, Patrick. *Império à deriva*: a corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

¹⁶ GOMES, Laurentino. *1808*: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. Rio de Janeiro: Planeta, 2007. Note-se que o subtítulo, vazado no melhor estilo das visões caricatas, não corresponde ao conteúdo do livro.

¹⁷ SLEMIAN, Andréa; PIMENTA, João Paulo G. *A corte e o mundo*: uma história do ano em que a família real portuguesa chegou ao Brasil. São Paulo: Alameda, 2008; CASTRO, Ruy. *Era no tempo do rei*: um romance da chegada da Corte. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. Com data de publicação um pouco anterior, mas com tradução em 2008, há o livro de SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes Tropical*: Império, monarquia e a corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

¹⁸ Em 2006, publicou-se em Portugal uma biografia de D. João escrita por Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa, *D. João VI. Um príncipe entre dois continentes*, que teve edição brasileira em 2008 pela Companhia das Letras.

¹⁹ Para uma avaliação geral da historiografia em torno do tema, ver GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “A transferência da corte portuguesa para o Brasil: interpretações e linhas-gêns historiográficas”. Texto apresentado no CONGRESSO INTERNACIONAL 1808: A CORTE NO BRASIL, realizado na Universidade Federal Fluminense, 10-14 de março de 2008.

²⁰ LIMA, Manoel de Oliveira. *D. João VI no Brasil* (publicado em 1908). 3.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996; MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Livraria de Antônio Maria Pereira, 1880; EDMUNDO, Luiz. *A corte de D. João no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Conquista, 1957. 3.v. 2.ed.

²¹ TAVARES, Luis Henrique Dias. “Questões políticas e econômicas na transferência da sede do governo absolutista de Portugal de Lisboa para a cidade do Rio de Janeiro (1808)”. Trabalho apresentado no seminário sobre os 200 anos organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, 2008.

²² Esse exercício, com os respectivos mapas, foi feito em palestra na Academia Brasileira de Letras em outubro de 2007, intitulada “O príncipe D. João e o Brasil”.

²³ Estas idéias já tinham sido expostas pelo autor em seu livro *A outra independência*: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: Ed. 34, 2004. Veja-se, por exemplo, o prefácio desse livro.

²⁴ *A outra independência*, p.19.

²⁵ *Typhis Pernambucano* de 10 jun. 1824, in *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. Evaldo Cabral de Mello, intr. e org.. São Paulo: Ed. 34, 2001. p.464.

²⁶ Ver *The autobiography of Giambattista Vico*. Translated from the Italian by Max Harold Fisch and Thomas Goddard Bergin. Ithaca and London: Cornell University Press, 1944.

²⁷ RHBN, III, 37 (out. 2008), p.44.

²⁸ PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. “O significado para o Rio Grande do Sul da transferência da corte portuguesa para o Brasil”.

²⁹ Ver o conhecido trabalho de ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. London and New York: Verso, 1983.

³⁰ ABREU, Capistrano de. *Capítulos de historia colonial: 1500-1800*. (1.ed. 1907.) Brasília: Senado Federal, 1998. p.221.

³¹ Sobre a disputa em torno do nome do país, ver CARVALHO, José Murilo de. “Brasil, Brazil: sueños y frustraciones”. In: CHIARAMONTE, José Carlos; MARICHAL, Carlos; GRANADOS, Aimer (Comp.). *Crear la nación: los nombres de los países de América Latina*. Buenos Aires: Ed. Sudamericana, 2008. p.17-40.

³² Não é possível nem necessário entrar aqui em pormenores sobre a historiografia do Brasil. Há muita coisa a respeito. Veja-se, por exemplo, os vários títulos de José Honório Rodrigues dedicados ao tema, como *Teoria da história do Brasil e História e historiografia*. Trabalho mais recente é o de IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

³³ O caráter nacional e nacionalizante do Rio de Janeiro foi ressaltado por José Honório Rodrigues em *Vida e história*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1966. p.141-148. Mas contra ele pode-se argumentar que era carioca.

³⁴ Ver GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil”. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.93-122.

³⁵ MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. *Como se deve escrever a história do Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB, 1991. p.54-55.

³⁶ LIMA, J. I. Abreu e. *Compêndio da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1943.

³⁷ Sobre Abreu e Lima, ver CHACON, Vamireh. *História das idéias socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. p.143-187.

³⁸ VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. Pará: Cardoso e Cia., 1890. Segunda edição aumentada foi publicada em 1906 no Rio de Janeiro pela Francisco Alves.

³⁹ *A educação nacional*. 2.ed. p.LVII, ênfase de JV.

⁴⁰ De Tavares Bastos, ver, sobretudo, *A província*, cuja primeira edição é de 1870.

⁴¹ Ver BARRETO, Tobias. *A questão do Poder Moderador e outros ensaios*. Vozes: Petrópolis, 1977. Veja-se a introdução de Evaristo de Moraes Filho “Tobias Barreto, intérprete do caráter nacional”, p.21- 63. A citação está na p.62.

⁴² Ao final do Império já se manifestavam tendências de separatismo paulista, mas elas não tinham atingido a historiografia. O grande historiador paulista ainda por bom tempo seria

o unitário Afonso de Escragnolle Taunay. A separação da província foi defendida por Alberto Salles em *A pátria paulista*, livro publicado em 1887.

⁴³ RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Curso superior. 13.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1935. p.446.

⁴⁴ CUNHA, Euclides da. “Da independência à República”. In: *À margem da História*. Porto: Livraria Chardron, 1909. p.262, 291.

⁴⁵ EDMUNDO, Luiz. *A corte de D. João no Rio de Janeiro*. 3.v. 2.ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1957. p.127-169. A primeira edição é de 1939.

⁴⁶ MALHEIRO, Agostino Marques Perdigão. *A escravidão no Brasil*: ensaio histórico, jurídico, social. 3v. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1867.

⁴⁷ Sobre as relações entre São Paulo e o resto do Brasil ainda vale consultar o livro de SCHWARTZMAN, Simon. *São Paulo e o Estado nacional*. São Paulo: Difel, 1975.

⁴⁸ Ver CAPELATO, Maria Helena Rolim; GLEZER, Raquel; FERLIN, Vera Lúcia Amaral. “A escola uspiana de História”. In: CAPELATO, Maria Helena (Coord.). *Produção histórica no Brasil, 1985-1994*. São Paulo: Xamã, 1995. v.1, p.15-26. Para um excelente depoimento sobre o Departamento de História da USP, ver NOVAIS, Fernando A. *Aproximações, Estudos de História e Historiografia*. São Paulo: CosacNaify, 2005. p.335-401.

⁴⁹ NOVAIS, Fernando. *Aproximações*, p.345-356.

⁵⁰ Sobre esse conflito, ver CORTES, Norma. “Debates historiográficos brasileiros: a querela contra o historicismo”. Texto apresentado no II SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA. Mariana, 19-21 de agosto de 2008.

⁵¹ Para citar dois trabalhos dos mais influentes sobre o período joanino ou próximo a ele, vejam-se NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979 (Tese defendida em 1973), e DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005. Primeira edição como capítulo em 1972.

⁵² IGLÉSIAS, Francisco. *Trajatória política do Brasil, 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Do mesmo autor, veja-se *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

⁵³ De um professor da Unicamp, por exemplo, veio um ensaio de crítica da historiografia brasileira. Ver LÁPA, José Roberto do Amaral. *A História em questão*: historiografia brasileira contemporânea. Petrópolis: Vozes, 1976.

⁵⁴ Ver, a propósito, vindo do gaúcho Ruben George Oliven, o livro *A parte e o todo. A diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.

Artigo recebido em outubro de 2008. Aprovado em outubro de 2008.